

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANDRESSA SILVEIRA

**A CULPA NÃO É DELA:
A *WEBSÉRIE* NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA
DE GÊNERO EM URUGUAIANA**

São Borja

2018

ANDRESSA SILVEIRA

**A CULPA NÃO É DELA:
A *WEBSÉRIE* NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA
DE GÊNERO EM URUGUAIANA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eloísa Joseane da Cunha Klein

**São Borja
2018**

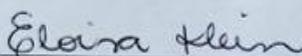
ANDRESSA SILVEIRA

**A CULPA NÃO É DELA:
A WEBSÉRIE NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DE HISTÓRIAS DE
VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM URUGUAIANA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 06/12/18

Banca Examinadora:



Prof.^a. Dr.^a. Eloisa Joseane da Cunha Klein

Orientadora

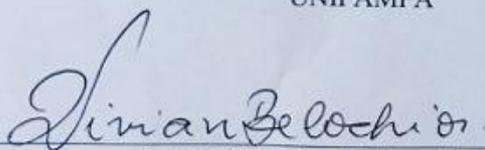
UNIPAMPA



Prof. Dr. Alexandre Rossato Augusti

Avaliador

UNIPAMPA



Prof.^a. Dr.^a. Vivian de Carvalho Belochio

Avaliadora

UNIPAMPA

Dedico a todas as mulheres, especialmente aquelas que de alguma forma me inspiraram a realizar esse projeto, dedico também a minha mãe, exemplo de mulher.

AGRADECIMENTOS

O resumo desse trabalho e desses anos na graduação é gratidão, gratidão a todas as pessoas que tornaram isso possível e que fizeram ser incrível do jeito que foi e está sendo.

Primeiramente eu quero agradecer a minha mãe, por viver esses anos que estive em São Borja lado a lado comigo, dividindo as alegrias, o medo e a dúvida. Mãe, sem ti isso nunca seria possível, ao meu pai por ser a minha força, sempre que eu pensei em desistir foi ele quem me fez ser forte e seguir em frente, isso também é por ele. Ao meu irmão, Ju, gratidão por em nenhum momento me abandonar e ser sempre o meu melhor amigo.

As minhas tias que vivem no Uruguay e me ajudaram tanto que nem elas imaginam o quanto, espero um dia poder retribuir tudo. Vocês são incríveis.

Agradeço imensamente a minha orientadora Eloísa, por todo o conhecimento compartilhado, por toda paciência e carinho durante o processo, tenho certeza que fiz a melhor escolha.

As minhas amigas: Mariana, Carole e Letícia que durante a construção do trabalho me mandavam diversas mensagens de incentivo e apoio, dizendo que tudo iria dar certo. E todos os amigos que de alguma forma estavam torcendo e desejando sorte.

A Universidade Federal do Pampa, que foi um dos melhores presentes que tive.

E por fim meu muito obrigada às personagens da *Websérie*, vocês contribuíram com o meu trabalho, mas também fizeram a diferença na minha vida, vocês são o resumo do que é força.

RESUMO

Este relatório apresenta os resultados do projeto experimental *A culpa NÃO é dela*, produto audiovisual em formato *websérie* que traz em três episódios relatos de violência contra a mulher de mulheres vítimas da cidade de Uruguaiana- RS, no interior do estado. A ideia da temática parte da emergência do tema como forma de conscientização, que possui dados e casos cada vez mais em números preocupantes e do jornalismo na era da convergência digital, em que narrativas e formatos interativos podem ser explorados a fim de elucidar sobre este problema social por um viés jornalístico. O projeto busca dar voz as vítimas e trazer uma reflexão a cerca da violência de gênero.

Palavras-chave: *Websérie* jornalística; Violência contra a mulher; *Websérie*; Audiovisual

RESUMEN

Este informe presenta los resultados del proyecto experimental La culpa NO es de ella, un producto audiovisual en formato web que traza, en tres episodios, historias de violencia contra mujeres de la ciudad de Uruguaiana - RS, en el interior del estado. Una idea temática forma parte del tema como forma de concientización, que posibilita casos y números cada vez más preocupantes de periodismo en la era de la convergencia digital, en narrativas y formatos interactivos que pueden ser explorados a fin de elucidar sobre ese problema social para un sesgo periodístico .

Palabras clave: Webserie periodística; Violencia contra la mujer; Webserie; Audiovisual.

SUMÁRIO

1. Índice de conteúdos

1. INTRODUÇÃO	9
2.1 Conceito de Violência	12
2.2 Formas de Violência	13
2.3 Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha	14
2.4 Violência contra a mulher e relacionamentos abusivos	18
2.5 Controle coercitivo	20
3. O formato websérie para a discussão da violência contra a mulher	22
3.1 Conceito de websérie	22
3.2 Recurso audiovisual em tempos de convergência	24
4. Produção e realização da série A Culpa Não É Dela	28
4.1 Contexto de produção da websérie	28
4.2 Roteiro e perguntas	28
4.3 Busca por entrevistadas	30
4.4 Fontes	34
5. Análise da websérie A Culpa Não É Dela	36
5.1 Conceito e vinheta	36
5.2 Episódio um – Violência física	38
5.3 Episódio dois – Violência sexual	39
5.4 Episódio três – Violência psicológica	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

A ideia inicial da *Websérie* “a culpa NÃO é dela” surgiu após uma vivência pessoal da autora deste trabalho. Vivi um relacionamento abusivo no qual sofri violência psicológica. Exatamente no mês que iniciaria o processo do trabalho de conclusão de curso, em Março de 2018, então decidi este tema. Eu não tinha ideia de dados exatos, nem de como trabalharia esse tema delicado, mas sabia que gostaria de tratar com a maior responsabilidade possível — tendo em vista a necessidade de uma discussão do assunto no meio jornalístico que, infelizmente, ainda é sumariamente dominado por homens e que reproduz, em suas narrativas, ainda muito machismo.

A escolha pelo formato *Websérie* se deu a partir de uma série de pesquisas em sites de *streaming* de vídeos, nas quais foi possível notar que não havia tantos materiais a respeito (considerando a quantidade de casos que ocorrem todos os dias pesquisados). Só no Rio Grande do Sul, neste primeiro semestre do ano, cerca de quase 28 mil mulheres sofreram algum tipo de violência (seja de caráter psicológico, físico ou até mesmo que levassem a morte). São dados que demonstram que há muitos casos e, nesse caso, a cobertura que nós enquanto jornalistas devemos fazer é de suma importância para dar visibilidade e legitimidade a este problema social.

Para tratar um assunto tão delicado quanto esse, a escolha do formato e meio de divulgação, também, foi realizado e pensado com cuidado. Por conter relatos de vítimas, a escolha de um formato *websérie jornalística* foi a que mais pareceu adequada, tendo em vista que gera uma narrativa da *vítima para o espectador*, ou seja, como *entrevistado*. O que traz o assunto por outra perspectiva, pela perspectiva do *local de fala* de quem sofreu a violência, o que possibilita assim a *autonomia do sujeito* para dar o seu ponto de vista.

Foi escolhido assim em A culpa NÃO é dela que se entrevistaria de duas a três vítimas, residentes de Uruguaiana – RS, que sofreram três tipos de violência diferentes por episódio, mais especialistas da área da psicologia para auxiliarem no tratamento do assunto. Uma das minhas principais preocupações era que *websérie* fosse toda construída com personagens *mulheres*, o que foi possível, para dar voz a este grupo que muitas vezes ainda é estigmatizado nos meios midiáticos e infelizmente nos jornalísticos também.

A partir da pesquisa bibliográfica foi possível entender melhor como realmente a violência se caracteriza e de como é um problema grave em que nós, mulheres, somos obrigadas a nos deparar diariamente, justamente por estar enraizada uma cultura machista da

qual o homem é superior e se beneficia. Explorando os diversos tipos de violência e trazendo dados desses diversos tipos que as mulheres no Rio Grande do Sul são expostas, este produto busca retratar o olhar da vítima sobre o assunto.

O processo de realização dos episódios da *websérie* *A culpa NÃO é dela* duraram cerca de seis meses. A produção, de baixo orçamento, passou por uma série de escolhas técnicas para que fosse realizada. Inicialmente, foi decidido a forma como seria coletado e divulgado a informação principal (violência contra a mulher): seriam realizadas entrevistas com vítimas de violência contra a mulher em parceria (mediação) de uma psicóloga. Ficou escolhido que seriam entrevistadas seis vítimas e que esse material seria utilizado para a realização das gravações, ou seja, seria o material “bruto” da *websérie*.

Foi escolhido também que a captação das imagens seria em um local fechado a principio para que se pudesse ter o controle de possíveis adversidades e principalmente para que fosse viável fazer a ocultação de identidade das vítimas que não gostariam de serem identificadas, essa decisão resultou na locação de uma sala, que acabou trazendo uma segurança a mais para as vítimas.

Segundo pesquisa do Datafolha divulgada em 2017, uma em cada três mulheres sofrem algum tipo de violência. Em questão de agressões físicas os números chegam a 503 mulheres por hora (EXAME, 2017). O Brasil é o quinto país mais perigoso para as mulheres ficando atrás apenas de: El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

Os diversos tipos de violência que as mulheres estão sujeitas são cada vez mais alarmantes e preocupantes e, infelizmente, ainda é um assunto que muitas vítimas não querem falar, seja por medo ou por vergonha, continuando o ciclo de agressões (que não envolve apenas física). Sendo assim, é indiscutível a necessidade de falar sobre a violência contra a mulher, para encorajar cada vez mais o debate sobre esse tema e talvez assim ajudar mulheres a desvencilharem-se desse tipo de situação e buscarem ajuda.

Dessa forma, este trabalho foca-se em narrativas de histórias de vidas de mulheres que sofreram algum tipo de violência *por serem mulheres* em formato de *websérie* documental. A proposta da temática é de uma *websérie* dividida em três episódios, a qual retratará a vivência de quatro mulheres que residam em Uruguai, em algum tipo de violência, cada uma delas contará uma forma de violência sofrida, tentando abordar de forma jornalística a história destas mulheres na sociedade, seguindo a proposta de informar e noticiar a realidade destas que, muitas vezes ficam fora dos grandes circuitos midiáticos. Dessa forma, este projeto se justifica pela tentativa de abordar uma temática tão delicada e emergente na sociedade, por

uma ótica das mulheres, possibilitando-as, através do jornalismo e do formato explorado que dialoga com a convergência midiática.

Com a escolha da veiculação totalmente digital, o público passa a ver na internet uma possibilidade de interação e um domínio maior da produção e distribuição do conteúdo. A posição passiva do espectador que antes era muito comum com a televisão dá lugar a um novo público mais ativo, um "porta-voz do produto, participando do processo, atuando como produtor de conteúdo e gerando novas demandas." (MASSAROLO e ALVARENGA, 2009).

O projeto, portanto, tenta experimentar a possibilidade de um formato digital – como a *websérie* – que objetiva apresentar de maneira jornalística a temática da violência contra mulher em pequenas cidades do Brasil.

2. CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

Nesse capítulo será abordado de uma maneira geral o conceito de violência contra a mulher em nosso país, além de especificar tipos de violência mais comuns em nosso contexto. Abordaremos também um pouco sobre a lei que protege a mulher no Brasil, a lei Maria da Penha.

2.1 Conceito de Violência

Mulheres sofrem diversos tipos de violência no Brasil. A física é que mais se tem dados, pois em sua grande maioria, são apenas nesses casos em que elas procuram ajuda e denunciam. Todavia, diversos são os tipos de violência que são igualmente graves que circulam na sociedade como: violência doméstica, sexual, psicológica e institucional. Esses tipos de violência podem ser caracterizados como violência de gênero, que é quando a vítima sofre algum tipo de violência por ser quem é, nesse caso, mulher, tendo a ver com os processos de dominação do masculino x feminino.

Puthin (2011) também destaca os diversos tipos de violência além da física que mulheres sofrem em se tratando apenas de um contexto doméstico:

A violência de gênero no contexto doméstico pode ser do tipo físico, psicológico, econômico, moral ou sexual, e muitas mulheres sofrem todos esses tipos de violência ao mesmo tempo. Além disso, grande parte dessas mulheres passa muitos anos ou até mesmo a vida inteira sofrendo com práticas violentas (PUTHIN, 2011, p. 166).

Segundo informações da ONU em 2017, uma em cada três mulheres já sofreu algum tipo de violência em algum momento da sua vida. É um dado expressivo que revela a necessidade de se discutir o assunto, tendo em vista que, em muitos casos, causa transtornos emocionais profundos e irreversíveis. Além disso, muitas vezes a vítima nem sabe a gravidade da situação na qual se encontra e também quando sabe tem medo de retaliações ou vergonha de um possível julgamento da sociedade. Isso explica porque esses casos de violência são tão comuns, como analisa Machado (2016):

Os dados de violência contra a mulher no Brasil são alarmantes. Somos o quinto país em violência contra a mulher. A cada cinco minutos, uma mulher é agredida – isso contando apenas os casos que foram denunciados, já que muitas mulheres se escondem de vergonha, dor e medo do agressor (que em 70% dos casos é o próprio parceiro) (MACHADO, 2016, p. 1).

O machismo se mostra conectado diretamente a isso. Muitos homens ainda acreditam serem superiores e terem certo domínio sobre o sexo feminino, além de acharem que a mulher precisa ser do lar e obedecer a suas determinações, não podendo ocupar os mesmos cargos que eles no trabalho. O machismo acaba tornando a violência natural e é usado como justificativa para a prática da violência doméstica contra suas parceiras, seja por não terem obedecido ou simplesmente pela forma que se vestem, além de inúmeros outros motivos banais que encontram como desculpa. Como relata Gomes (2009) juntamente com uma pesquisa realizada em uma comunidade do Rio de Janeiro:

Uma pesquisa da ONG Promundo, com homens jovens da Maré, no Rio, mostrou que 35% acham "justificável" bater em mulher quando ela se veste ou se comporta de maneira provocante (O Globo de 30.03.09, p. 10). Mais: 10% acham que é legítimo o uso de violência psicológica contra a mulher e 15% admitiram que bateram em "sua" mulher nos últimos seis meses. Essa crença popular (que não é só, certamente, da cidade pesquisada) de que o homem pode bater na mulher é que expressa a violência de gênero (que é, repita-se, cultural (GOMES, 2009, p. 1).

É uma porcentagem alta de homens que acreditam que violência tem justificativa, e esse número pode ser ainda maior, se levarmos em conta que há casos em que eles não admitem, mas concordam com tais atitudes. Essas justificativas também são muito utilizadas em casos de violência sexual. Trataremos mais sobre esse tipo de violência no próximo item.

2.2 Formas de Violência

A violência se caracteriza por um conjunto de atitudes intencionais que repercutem ou não em danos, sejam eles físicos ou emocionais, se caracteriza também pelo mal que faz ao outro (QUE CONCEITO; 2018). Como já citado existem vários tipos de violência, a doméstica é uma das mais abordadas e se caracteriza como a violência que é sofrida dentro de casa, por uma pessoa já conhecida da vítima, não necessariamente parceiros afetivos, mas também pais, filho, tios ou pessoas do convívio diário. Fonseca (2006) menciona que além da violência física que deixa marcas, a psicológica também de alguma forma deixa vestígios.

A violência doméstica contra a mulher recebe esta denominação por ocorrer dentro do lar, e o agressor ser, geralmente, alguém que já manteve, ou ainda mantém, uma relação íntima com a vítima. Pode se caracterizar de diversos modos, desde marcas visíveis no corpo, caracterizando a violência física, até formas mais sutis, porém não

menos importantes, como a violência psicológica, que traz danos significativos à estrutura emocional da mulher (FONSECA, 2006, p. 16)

Já na violência sexual o abusador obriga a vítima a manter relações sexuais e usa da força para conseguir imobilizar a mulher para realizar o ato. Esse tipo de violência é praticada tanto por desconhecidos e também em alguns casos por algum membro da própria família da vítima. Conforme Blank et al (2013, p, 3) “a violência sexual é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas”.

Já a violência psicológica se caracteriza como aquela em que o agressor tem como objetivo causar danos emocionais na vítima, seja ofendendo, coagindo ou perseguindo. Para Guimarães (2015), “a definição de violência psicológica se remete aos impactos à saúde emocional, à autoestima e ao pleno desenvolvimento humano, a partir de condutas como de controle, ameaça, constrangimento, perseguição contumaz e humilhação (art. 7º, II)”.

Por fim, a violência institucional é quando praticada por órgãos que tem a responsabilidade de prezar pela segurança e proteção dos indivíduos e, em contrapartida, contribuem para uma institucionalização da violência contra a mulher. Segundo De Melo et al (2016), “a violência institucional é definida como a violência praticada por órgãos e agentes públicos que deveriam responder pelo cuidado, proteção e defesa dos cidadãos.” A ONU classificou o conceito de violência:

Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos à mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada (ONU, 2005, p. 6).

No Brasil, existem alguns mecanismos de proteção, criados nos últimos anos, para mulheres que sofrem violência. No tópico seguinte trarei a principal criada — a Lei Maria da Penha — que é um órgão que também reúne e contabiliza estatísticas e dados (como denúncias, ameaças) muito importantes para se obter um panorama da violência contra a mulher em dados no país.

2.3 Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha

A lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) surgiu em homenagem a Maria da Penha Maia, vítima que sofreu duas tentativas de assassinato pelo ex-marido, a primeira vez por um tiro e

na segunda por eletrocussão e afogamento. O acusado só foi punido 19 anos após o crime. A lei tem como objetivo tornar mais rigorosas as punições para os agressores, principalmente em situações que envolvam violência doméstica. Nesse sentido, para a Lei Maria da Penha, configura-se violência doméstica qualquer ato que cause na vítima: lesão, sofrimento psicológico, sexual ou físico, danos morais ou patrimoniais e morte. (PLANALTO, 2006)

Atualmente, a lei Maria da Penha protege mulheres em situação de violência, punindo os agressores e fortalecendo a autonomia das mulheres, no que diz respeito a ser um meio de assistência e atendimento humanizado para essas vítimas. A lei completou, em agosto desse ano, doze anos de implementação, revelando uma realidade alarmante de situações de violência que mulheres passam em todo o Brasil.

Somente no estado do Rio Grande do Sul, segundo levantamento realizado pela secretaria da Segurança Pública do Estado com base na Lei Maria da Penha, no primeiro semestre de 2018 foram registrados 27.684 casos de violência contra a mulher, incluindo toda esta série de tipos de violência: ameaça, lesão corporal, estupro, tentativa de feminicídio e feminicídio consumado. Vale lembrar que esse esses dados são contabilizados através de boletim de ocorrência somente abrigados pela lei, devendo-se considerar, também, os casos que não foram registrados ou relatados — os quais muitas vezes são até mais comuns dos que os que efetivam uma denúncia.

No município de São Borja, de janeiro a setembro deste ano, foram registrados 158 vítimas de violência, somente por ameaça, vindas por Lei Maria da Penha. Já em Uruguaiana, foram registradas 330 vítimas durante os meses de janeiro a setembro. São dados preocupantes e expressivos que apresentam a necessidade de uma adequação da temática e apropriação do problema para o interesse público. Quem são essas mulheres vítimas? A sociedade realmente entende a violência sofrida por elas e legítima?

Abaixo, nos quadros que seguem, traz-se um levantamento realizado comparando os dados de São Borja e Uruguaiana, bem como no total em relação a todo o estado do RS.

Somente em ameaças, tivemos os seguintes números:

Quadro 1 - Monitoramento dos indicadores de violência contra as mulheres no rs - ameaças (Lei Maria da Penha)

Município	Total (jan-set 2018)	
	Vítimas	% RS
RIO GRANDE DO SUL	1.316	100
SÃO BORJA	4	0,30
URUGUAIANA	16	1,22

FONTE: Observatório Estadual de Segurança Pública / SSP-RS. Atualização dos dados em: 07/10/2018. Consulta em: 10/10/2018.

Já em estupros denunciados, estes foram os seguintes números:

Quadro 2 - Monitoramento dos indicadores de violência contra as mulheres no rs - estupro (Lei Maria da Penha)

Município	Total (jan-set 2018)	
	Vítimas	% RS
RIO GRANDE DO SUL	1.316	100
SÃO BORJA	4	0,30
URUGUAIANA	16	1,22

FONTE: Observatório Estadual de Segurança Pública / SSP-RS. Atualização dos dados em: 07/10/2018. Consulta em: 10/10/2018.

No tocante agressão que geraram lesões corporais, estes foram os seguintes dados obtidos:

Quadro 3 - Monitoramento dos indicadores de violência contra as mulheres no rs - lesão corporal (Lei Maria da Penha).

Município	Total (jan-ago 2018)	
	Vítimas	% RS
RIO GRANDE DO SUL	15.706	100
SÃO BORJA	78	0,50
URUGUAIANA	226	1,44

FONTE: Observatório Estadual de Segurança Pública / SSP-RS. Atualização dos dados em: 07/10/2018. Consulta em: 10/10/2018.

As tabelas demonstram o quanto em números totais são muitas as mulheres que estão expostas e sofreram determinado tipo de agressão em virtude do fato de serem mulheres. Outro dado alarmante diz respeito aos feminicídios no estado. De maneira geral, a tabela mostra as tentativas *versus* consumação do ato.

Quadro 4: Número de mulheres vítimas de situação de violência no RS em 2018.

Mulheres Vítimas de Ameaça, Lesão Corporal, Estupro e Feminicídio Consumado e Tentado no Rio Grande do Sul, jan-out 2018

ANO	MÊS	AMEAÇA	LESÃO CORPORAL	ESTUPRO (*)	FEMINICÍDIO CONSUMADO	FEMINICÍDIO TENTADO
2018	jan-18	3.558	2.130	185	6	30
2018	fev-18	3.265	1.984	169	3	16
2018	mar-18	3.455	1.836	170	6	21
2018	abr-18	3.302	1.836	165	7	27
2018	mai-18	2.873	1.630	157	9	21
2018	jun-18	2.629	1.437	105	10	5
2018	jul-18	2.859	1.431	117	6	26
2018	ago-18	3.016	1.450	145	11	22
2018	set-18	2.891	1.743	131	12	23
2018	out-18	3.068	1.843	98	8	26

FONTE: Observatório Estadual de Segurança Pública / SSP-RS. Atualização dos dados em: 07/10/2018. Consulta em: 10/10/2018.

Além disso, os dados reforçam a necessidade de entendimento de que essas vítimas não possuem culpa, que estão expostas a tipos de violência oriundos do machismo. Um ponto fundamental presente nestes dados são as numerosas tentativas, reflexo da cultura de base machista e patriarcal que permeia o estado. Nesse sentido, como lei protetora, a lei Maria da

Penha tem profunda importância como meio de cuidado e atendimento às vítimas, além do fato de ser um canal também de prevenção e detenção dos agressores.

Entretanto, a violência contra a mulher não se materializa apenas sob a forma dos meios que competem à Lei Maria da Penha, são também reforçados em comportamentos e atitudes, às vezes em nível psicológico, de homens para mulheres, que se manifestam no interior dos relacionamentos, e este tipo de violência não está na estatística.

Segundo pesquisas realizadas nos EUA e Canadá, cerca de 20% dos casos de violência doméstica não há danos corporais e a maioria dos países possuem leis que protegem a mulher apenas em casos de violência física. Esses dados demonstram que a agressão física muitas vezes fica em segundo plano contra a mulher. Dessa forma, é necessário também olhar para outros tipos de agressões que mulheres são expostas, muitas vezes mais sutis e de grande danos psicológicos, como o caso das que estão intrínsecas a relacionamentos abusivos.

2.4 Violência contra a mulher e relacionamentos abusivos

Relacionamento abusivo é uma das faces mais sutis de violência contra a mulher, pois não vem sob a forma de uma agressão explícita e anunciada. É também uma das mais comuns no cotidiano dos relacionamentos afetivos entre homens e mulheres, pois é alimentada até em momentos que mulheres já possuem sua emancipação e esclarecimento sobre o assunto. O relacionamento abusivo funciona como um mecanismo de manutenção da dominação do homem frente ao mundo moderno em relação às mulheres que atua de forma mais silenciosa: atua através do cerceamento de liberdades individuais básicas, de forma a enredar a mulher em um ciclo de prisão no relacionamento.

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal (CHARTIER, 1995, p. 40).

Os primeiros indícios desse tipo de relação muitas vezes é o ciúme exagerado, a manipulação, seguida de chantagem emocional e em muitos casos culminando em agressão física. Porém, o ponto fundamental é o dano psicológico que esse tipo de violência causa.

De Souza (2006), evidencia uma espécie de jogo emocional que é feito na maioria das vezes pelo companheiro no âmbito da relação:

Insistir num relacionamento após sucessivos episódios de violência ou retornar à relação após a separação é constante na vida de mulheres que sofrem violência conjugal. Quando, no entanto, a mulher consegue enfrentar o medo e separa-se do marido, inicia-se um jogo emocional, no qual ocorre uma suposta mudança de comportamento do companheiro, o que a faz sentir-se mais confiante e dedicar-se mais, reiniciando se o ciclo da violência (SOUZA, 2006, p. 18)

Atitudes como essas fazem mulheres viverem em relações desse tipo por muitos anos, por não entenderem que isso faz parte de um círculo vicioso e de um processo de manutenção da dominação masculina. Homens assim utilizam-se de um poder de persuasão que transfere a culpabilidade de suas atitudes para a mulher, para elas sentirem como se tivessem feito algo de errado.

Na maioria das vezes, o agressor consegue mascarar atitudes violentas com justificativas e acaba convencendo a vítima. Uma das justificativas mais comuns é a de que estava sob efeito de álcool, ou também que estava fora de si por nutrir muitos sentimentos pela parceira e sentir ciúmes.

O sentimento de culpa é uma característica forte que mulheres que passam por uma relação assim carregam, e é justamente por esse jogo de manipulação que os abusadores imprimem às mulheres que o dano psicológico é muito grave. Esse sentimento se mostra de diversas formas: como a responsabilidade do relacionamento ter dado “errado” ser inteiramente da mulher, inferiorização das suas faculdades psíquicas (como ser vista como a desequilibrada e instável), bem como a “louca”. Motivadas por isso, acabam encobrendo os parceiros e não deixando claro para terceiros o que está ocorrendo dentro de suas casas.

É importante destacar que as vítimas de violência psicológica, muitas vezes, pensam que o que lhes acontece não é suficientemente grave e importante para decidir-se por atitudes que possam impedir esses atos, incluindo denunciá-los aos órgãos competentes. Algumas vítimas acreditam que não teriam crédito, caso denunciassem seu agressor. Em outros casos, alguém que a mulher respeita lhe diz que deve permanecer nessa relação abusiva pelo bem de seus filhos ou para garantir os direitos adquiridos através do casamento (CASIQUE et al, 2006, p. 4).

Como Casique (2006) aponta, as vítimas acreditam que não serão ouvidas se denunciarem e também em algumas situações acreditam que o que acontece não é grave, que é comum e que é apenas uma fase do relacionamento, mas uma fase que nunca tem fim. Tudo isso aliado ao poder do agressor em tentar mostrar que está arrependido e não vai repetir seus atos, faz com que a mulher não queira buscar ajuda ou denunciar. Além de a sociedade pregar que a esposa deve cuidar da família, principalmente quando há filhos envolvidos, é mais uma

forma de manter a vítima enclausurada na relação. O medo da rejeição e do que terceiros podem vir a falar se decidir ir embora, acaba desencorajando a pessoa a se desvencilhar de um relacionamento abusivo.

A mulher nem sempre percebe os diversos tipos de violência que está sofrendo dentro da relação e também nem sempre se identifica como vítima, muitas vezes acredita ser a causadora da situação. No cerne do abuso psicológico contra mulher encontram-se dessa forma uma série de tipologias de violência que são de ordem psicológica que aqui elencaremos: *gaslighting*, *mansplaining*, *conduta vexatória*, *inferiorização*, dentre outras. O mecanismo que atua principalmente nesses tipos de abusos é o controle coercitivo, ou seja, a retirada de liberdades básicas por controle do homem.

2.5 Controle coercitivo

O controle coercitivo é o tipo de violência que se dá quando as liberdades básicas de uma pessoa são controladas — como, por exemplo, quem ela pode ver, onde ela pode ir, o que ela pode fazer, etc. “Não há necessidade de partir para a violência física, no entanto, quando a vítima não cumpre com o que o controlador ordena, a violência ocorre” (CONNIE, 2016, s/p).

No livro chamado “Correntes invisíveis: Como superar o controle coercitivo em um relacionamento íntimo”, é relatado que existem vários graus de controle coercitivo, como o caso relatado de uma mulher que o seu marido não a deixava dormir de costas, queria que ela usasse as roupas que ele escolhesse e, até mesmo, que ela arrumasse o cabelo de tal forma e tomasse banho de uma maneira determinada.

O controle coercitivo é um mecanismo muito utilizado em relacionamentos abusivos, pois realiza a manutenção do poder masculino em forma de retirada de liberdades básicas das mulheres de forma silenciosa, vindo por uma atitude punitiva de caráter *passivo agressivo* do homem.

Para muitos especialistas da área da Psiquiatria e Psicologia, este comportamento está intimamente ligado a doenças psicossomáticas que acometem mulheres, como síndrome do pânico, transtornos de ansiedade e etc. Dessa forma, podemos identificar o controle coercitivo da seguinte forma: “o controle coercitivo é definido como o uso de estimulação aversiva para o controle do comportamento, o que faz com que comportamentos sejam emitidos para evitar ou fugir de uma consequência aversiva” (DIAS; LOHR, 2017).

Embora o termo “controle coercitivo” não seja ainda muito difundido, o conceito de abuso emocional em relacionamentos está ganhando espaço e pode ser facilmente associado a este.

**

De maneira geral, são essas algumas das principais formas que emergem na sociedade quando o assunto é violência contra a mulher. São formas que vão desde as mais explícitas e corporais, às mais sutis e psicológicas. As mulheres são expostas diariamente e, em muitos casos, não recebem a devida assistência dos familiares, que não entendem, nem de órgãos de proteção, sendo atendidas por homens pouco preparados e ainda presos à lógica machista de que a culpa é da vítima e não do agressor.

“*Fez por merecer*” ou “*estava pedindo por isso*” são falas comuns que expressam como, apesar de haver leis, não há um entendimento de que as mulheres são, de fato, vítimas de uma opressão estrutural violenta. A ideia da produção de uma *websérie* é retratar que, de fato, a culpa não é delas e sim de um regime político machista que as faz serem vistas como menos, como inferiores. Por isso, a ideia da realização de uma *websérie* é colocada em prática.

3. O formato websérie para a discussão da violência contra a mulher

Nesse capítulo trataremos sobre as características da websérie, a peculiaridade da internet e as referências de formatos já consolidados no campo audiovisual.

3.1 Conceito de websérie

A *Websérie* é um modelo de audiovisual baseado em um formato já conhecido na televisão, o das séries, que normalmente são transmitidas em canais de televisão ou em plataformas de vídeo sob demanda. Esse modelo possui características próprias e algumas delas são possíveis de observar também em *websérie*, trata-se de um produto híbrido, contendo elementos dos dois tipos. As séries possuem um padrão mais rígido justamente por terem veiculação na tv, enquanto que webséries são mais flexíveis, podendo adequar-se a tamanho e formato por terem sua veiculação no meio digital.

Rezende (2015) constitui alguns aspectos principais desse modelo audiovisual em TV:

No que diz respeito a série, é constituída por pequenas histórias com começo, meio e fim, vividas por personagens fixos, normalmente compartilhando um mesmo espaço de atuação (um edifício, uma cidade, um escritório). O espectador pode acompanhar qualquer episódio, em qualquer ordem, embora, é claro o objetivo seja torná-lo fiel à série como um todo. As séries além disso, são divididas em temporadas (REZENDE, 2015, p. 06)

Outras características próprias que devem ser destacadas também são: a narrativa dos episódios, como aponta Araújo (2012), que costuma ser completa, ou seja, contém começo, meio e final, podendo haver histórias que haja continuação e não se encerre em um único episódio. Normalmente, os episódios são lançados semanalmente e isso se estende até o fim da temporada. Depois que se encerra a temporada, em alguns meses é lançada uma nova e assim recomeça o lançamento de episódios semanais. Quanto à duração, os episódios costumam variar entre 20 e 55 minutos, que é um tempo intermediário em relação a filmes, que costumam durar até 120 minutos, e *webséries*, que duram entre três e dez minutos. Além disso, em séries, o produto costuma ser em sua maioria ficcional.

Já o formato *websérie* surgiu em meados de 1995, com *The Spot*, do produtor nova iorquino Scott Zakarin. A partir do uso de recursos consolidados na TV, *The Spot* foi a primeira produção desse tipo e era mantida por anunciantes.

Leal sintetiza o conceito de *websérie*:

Uma websérie é uma narrativa audiovisual de qualquer gênero produzida exclusivamente para a Internet, dividida em episódios (os chamados "webisódios", webisodes em inglês), cada um com tempo de duração variável (podendo ter de um a dez minutos ou mais), e apresentados com uma certa periodicidade (quase sempre semanal). (ZANETT et al, 2014, p. 09)

O formato utiliza-se de diversas formas de conteúdo: não informacionais, ficcionais, machinima (o estilo que usa gráficos de jogos ou de desenhos animados para criar uma narrativa), rotina de vloggers ou histórias reais (TENDÊNCIAS DIGITAIS, 2017). O estilo próprio da *websérie* possui uma objetividade maior por tratar de conteúdos rápidos e dinâmicos, para serem assistidos com facilidade em qualquer lugar.

Hergesel (2013) destaca também a facilidade de acesso do formato:

De forma simplificada, a websérie é uma narrativa audiovisual composta por episódios que são periodicamente lançados na internet e que podem ser acessados a qualquer momento e por qualquer computador ou aparelho com acesso on-line — ou seja, —as webséries nada mais são do que a fórmula clássica das séries televisivas aplicadas ao universo multiplataforma da internet (HERGESEL, 2013, p. 1).

Por ser um conteúdo mais direto e rápido, o consumidor desse tipo de produto não necessita de uma preparação para assistir, podendo consumir em qualquer ambiente ou situação. Esta é uma diferença considerável em relação a conteúdos mais complexos e extensos, que exigem maior atenção para entendimento da temática.

A adaptação do formato da *websérie* também tem a ver com as transformações no produto, relativas às tecnologias próprias da internet. Como exemplo, pode-se observar a realização de streamings de vídeo, como ocorre no *Youtube* para postagem dos materiais, e é um formato que se adapta a todas as tecnologias, pois pode ser visto tanto em celulares, I-pods, como em computadores e tablets. (PROP MARK, 2011)

A liberdade de produção é uma das principais características das *webséries*. Por serem veiculadas na internet, os produtores conseguem ousar e tratar de assuntos que na televisão não haveria veiculação. Por conta disso, é possível encontrar uma infinidade de temáticas, sem limitações de conteúdo, diferentemente de séries televisionadas, que muitas vezes contam com restrições de conteúdo.

Romero e Centellas reafirmam a reutilização de estratégias consolidadas na TV para as *webséries*:

Webséries renovam estratégias narrativas que já foram consolidadas por algum tempo na televisão. Mas elas incorporam recursos como participação ativa da audiência no progresso da história e a facilidade da interatividade deste meio permite a geração de comunidades virtuais – algo que é chave para consolidar o universo das séries ficcionais (ROMERO & CENTELLAS, 2008, s/p.)¹.

O *Youtube* é um grande facilitador e disseminador desse tipo de produção, já que a maioria das *webséries* circulam nesta plataforma, principalmente por não haver custo para a publicação. Da mesma maneira, está cada vez mais fácil produzir esses conteúdos, por não haver a necessidade de equipamentos caros e sofisticados que a TV despendia.

Embora tenha se apropriado de uma mídia anterior, a websérie deixou de ser unicamente um complemento à série televisiva e passou a ser dona das próprias histórias. Com roteiros adaptados ao formato – número de personagens limitados, espaço restrito, tempo mais ágil, enquadramento alterado devido ao tamanho da tela, etc. – a websérie se tornou um novo exemplo de texto narrativo que faz uso da linguagem audiovisual (HERGESEL, 2013 p. 4).

Portanto, a *websérie* tem suas características próprias e formas de veiculação, que não dependem mais de narrativas já existentes. Cada vez mais é possível observar novos conteúdos nesse formato sendo publicados e muitas vezes de forma independente.

3.2 Recurso audiovisual em tempos de convergência

A *websérie* passou a ser dona das suas próprias histórias e cada vez o consumo de produtos dinâmicos como a *websérie* vão crescendo, justamente por ser de fácil acesso e com a possibilidade de interação com quem produziu e com outros espectadores. Dessa forma, a convergência tecnológica e econômica fizeram com que jornalistas também tivessem que aprender a lidar com essas ferramentas, aplicativos, softwares e aparelhos, tendo que se adaptar a estas modificações, sendo a produção de *webséries* um exemplo disso.

1

Web series renew narrative strategies that have been already consolidated for some time on television. But they incorporate on-line resources like active participation from the audience in the story's progress and the ease which this interactive medium allows for the generation of virtual communities – something which is key to consolidate the series fictional universe. (ROMERO & CENTELLAS, 2008).

Segundo Henry Jenkins, as *webséries* são classificadas como estratégias para narrativas transmidiáticas. Uma história é contada em diferentes mídias, onde cada mídia exerce uma função na história. Esse tipo de narrativa pode ser percebida no marketing viral, quando o consumidor é envolvido em uma trama não-linear que reúne vários fragmentos que, só tornam clara a história quando juntos. (JENKINS, 2009)

A *websérie* possui algumas particularidades em relação a sua forma de narrativa, objetivo e linguagem. Para Souza e Cajazeira (2015), as *webséries* anteriormente tinham o objetivo de demonstrar uma nova linguagem e também criar uma nova forma de produção, circulação e consumo para com o espectador. Porém, quando estas passam a serem vistas sob a ótica do jornalismo, adquirem um status de reconfiguração do modelo tradicional de documentário (SOUZA; CAJAZEIRA, 2015). Para entender, *webséries* documentais e jornalísticas, é necessário entender a convergência midiática no jornalismo.

A participação ativa do público gerando conteúdo, seja através de blogs, websites são fatores decisivos para o jornalismo nos dias atuais. Foi preciso se adaptar e compreender como essas novas mídias funcionam para, assim, explorar novos formatos e linguagens que estivessem em diálogo com um público cada vez mais polissêmico e ativo. Para o jornalismo, a convergência é um processo decisivo que reúne tecnologias, linguagens e formatos antes separados, provocando alterações políticas, econômicas, sociais e culturais na comunicação como um todo.

Para Jenkins (2004; 2009a), na cultura de convergência, o jornalismo utiliza-se destas novas ferramentas para explorar novos tipos de linguagens, principalmente em comunidades online que, entre outros fins, discutem, recomendam, compartilham e recriam os produtos culturais de seu interesse. Mas o que é essa convergência?

A convergência, segundo Jenkins, é uma cultura que atravessa diferentes dimensões da vida social e diferentes áreas do saber. Tem-se a convergência tecnológica, convergência empresarial, convergência de conteúdos, que seriam a conversão e hibridização desses processos intrinsecamente ligados às plataformas digitais, fator que transforma os modos de consumir e produzir conteúdos.

Essa convergência de conteúdos simboliza a união de funções das mídias, onde elas se complementam e se correspondem, de acordo com as necessidades do interlocutor (CONVERGÊNCIA EM CENA, 2015).

Dessa forma, mudanças tanto no âmbito da produção, quanto na circulação e no próprio consumo das mídias jornalísticas são modificadas. Como essa grande variedade de narrativas multiformes demonstra, as narrativas jornalísticas adquirem novos formatos. “A

narrativa multiforme procura dar uma existência simultânea a essas possibilidades, permitindo-se ter em mente, no mesmo tempo, múltiplas e contraditórias alternativas.” (MURRAY, 2003, p. 49)

Nesse sentido, cabe a quem faz a reportagem, ou seja, os jornalistas, tentar organizar blocos de informação que contenham o máximo de dados sobre um determinado tema específico que faça parte de um assunto mais geral. Este assunto seria composto, então, de várias dessas ‘mônadas’, que se ligariam por meio de links” (PERNISA Jr., 2010, p. 6).

O jornalismo na era da convergência midiática caracteriza-se por uma “reconfiguração através de funções massivas e pós-massivas da mídia que convergem quando diferentes plataformas trabalham em sinergia”, convergindo em novas formas de narrativas. Nesse sentido, a narrativa transmidiática é um produto da convergência. Para Henry Jenkins (2008, p. 135), “uma história transmidiática se desenrola através de múltiplos suportes midiáticos, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo”.

As *webséries* jornalísticas surgem, assim, como essas plataformas oriundas de uma cultura de convergência, em que baseia-se na modificação elementar convergência digital é responsável pela formação do que Jenkins chamaria de “cultura de convergência” (JENKINS, 2008), baseada na relação entre os diferentes tipos de mídias – analógicas, digitais, corporativas e independentes – e na modificação das relações entre produtores e consumidores dessas mídias.

A mudança dessa cultura é a valorização da convergência alternativa, ou seja, um movimento de produção e criação mais descentralizado. Nesse sentido que o formato *websérie* ganha força: pois parte de uma estratégia de divulgação mais “instantânea” e que parte de uma cultura participativa, favorecendo o fortalecimento da inteligência coletiva, ou um determinado saber de um grupo antes sem voz. Nesse sentido, *webséries*:

[...] renovam estratégias narrativas que já estão consolidadas há algum tempo na televisão. Mas eles incorporam recursos online como a participação ativa do público no progresso da história e a facilidade que esse meio interativo permite para a geração de comunidades virtuais - algo que é fundamental para consolidar o universo ficcional da série. (ROMERO; CENTALLAS, 2002, s/p) [tradução nossa]

De certa forma, também, o jornalismo digital traz uma revolução cognitiva para a nossa época e começa também a modificar os valores tradicionais da profissão, colocando em crise as normas básicas dos códigos de ética jornalística. (MACHADO, 2003, p. 119)

Apesar da série e da *websérie* se utilizaram de recursos já consolidados na tv, são produtos diferenciados. A forma de produção é uma das principais diferenças: uma série necessita de uma grande produção para ser criada e também necessita de muitos recursos financeiros, já a *websérie* dependendo da temática, pode ser gravada com um simples telefone celular. Outra diferença que pode se destacar é que a série tem uma sequência, um episódio complementa o outro, na *websérie* pode até ocorrer essa complementação, mas na maioria das vezes são episódios com a mesma temática, porém com histórias paralelas.

Como Morante e Hernández (2012, p. 142) afirmam, a *websérie* é produzida e veiculada exclusivamente na internet, diferentemente das séries que são veiculadas em canais de televisão, mesmo que haja canais de streaming que façam a transmissão, não é exclusivamente da internet.

Já um ponto em comum entre esses formatos é justamente a produção seriada, que é a produção de episódios em fragmentos que podem ou não se complementar. Dessa forma, partimos para a compreensão do método utilizado e técnicas para realização da *websérie* “A culpa NÃO é dela”. A seguir, apresenta-se a metodologia utilizada:

4. Produção e realização da série A Culpa Não É Dela

Nesse capítulo tratamos do processo de produção da Websérie durante os meses de produção e as escolhas que foram feitas no decorrer do projeto. Incluindo o roteiro de perguntas, o método para recrutamento de vítimas, além da justificativa de fontes utilizadas.

4.1 Contexto de produção da websérie

A escolha do local que seria realizada as gravações ocorreu após o início do pré projeto. A ideia inicial era que fosse em São Borja e Uruguaiana, unindo dados oficiais das duas cidades. Mas após averiguação foi constatado que além de não haver delegacia especializada em atendimento a mulher em São Borja, os dados de violência eram registrados junto com outras ocorrências, sem atendimento preferencial. Em Uruguaiana existe a DEAM desde 2014.

Por haver também a necessidade de criação de um material de áudio e vídeo de qualidade, optei pela contratação de uma produtora de vídeo de Uruguaiana para auxiliar tecnicamente nas gravações. Seria inviável realizar as filmagens em duas cidades ao mesmo tempo. As gravações iniciaram no dia 13 de Agosto, em uma sala comercial locada por mim para que fosse possível receber as entrevistadas, passar segurança e poder realizar a entrevista de uma forma mais íntima, principalmente para as vítimas que não gostariam de serem identificadas. A captação das imagens foi feita pela produtora local e foi financiada por mim através de verbas pessoais.

4.2 Roteiro e perguntas

O roteiro de perguntas foi pensado de uma maneira que fosse simples, mas que incluísse todos os questionamentos que se gostaria de obter respostas relacionando o tema com a agressão sofrida. Além disso, ficou aberto para eventuais perguntas que surgissem durante a conversa com a vítima, esse tipo de entrevista se classifica como semi-estruturada, que possui como característica principal um roteiro com perguntas básicas para nortear a entrevista (MANZINI, 2003)

Para dar conta de abarcar os diferentes tipos de violências as quais as mulheres são expostas, o roteiro ficou separado em tipos de violências que seriam abordados e perguntas gerais relacionadas à vivência da vítima naquela violência. Logo após as perguntas para as vítimas, seguia as perguntas para a delegada e psicóloga relacionada a aquele tipo de violência, de forma que eu ficasse direcionada no momento da entrevista.

Quadro 5: Quadro de perguntas utilizado para produção da *websérie* A culpa NÃO é dela:

ROTEIRO – PERGUNTAS: A culpa NÃO é dela
Ep 1: Violência psicológica – relacionamentos abusivos
<p>Perguntas para as personagens vítimas de relacionamentos abusivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Como iniciou essa relação? 2. Como ele te tratava no início do relacionamento? 3. Quais foi as primeiras atitudes dele que te fizeram perceber que tinha algo de errado? 4. Pode citar as piores lembranças que te vem à cabeça envolvendo-o? 5. Ele fazia tu te sentir culpada pelas atitudes dele? 6. Como conseguiu sair dessa relação? <p>Perguntas para psicóloga a respeito de relacionamentos abusivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quais as características iniciais de um homem abusivo? 2. Acha importante contar pra família logo de início? 3. Violência psicológica também deixa danos em quem sofre? 4. Como eles conseguem transferir a culpa para a mulher?
EP – 02, VIOLÊNCIA FÍSICA
<p>Perguntas a serem feitas as vítimas</p> <p>Quanto tempo tu ficaste com teu agressor?</p> <p>Como ele era no início da relação?</p> <p>Quando foi a primeira agressão? Lembra o motivo?</p> <p>Como tu te sentia quando isso acontecia?</p> <p>Ele pedia desculpas?</p> <p>Como saiu da relação?</p>

Perguntas para psicóloga a respeito de violência física

Pode primeiro classificar o que é violência?

As mulheres costumam acreditar que por gostar da pessoa merece ser agredida?

Quais as consequências que podem ficar na vida dessas mulheres?

Perguntas para a delegada relacionadas a violência física

Um panorama de como é aqui na região mais especificamente em Uruguaiana os casos de violência contra a mulher?

Quais as justificativas que os agressores dão para tomarem essas atitudes?

Como funciona a medida protetiva? Acha que ela realmente consegue conter o homem?

Acha que a raiz do problema é o machismo? O homem quer estar no comando?

Violência psicológica, costuma ter muitas denúncias?

EP 03 – VIOLÊNCIA SEXUAL

Como aconteceu a primeira vez?

Como tu te sentiu?

Como passou a ser a tua vida a partir disso?

Hoje em dia, tu superaste?

Tu denunciou?

Quem é teu abusador?

Tu convives com ele ainda?

Perguntas para a conselheira tutelar a respeito da violência sexual

Como é feita a denúncia?

Qual é o procedimento após a verificação da situação de abuso?

Fonte: a autora

As entrevistadas ficavam livres para responder o que se sentiam a vontade e também para contar a história sem interrupções, as perguntas seguintes só eram realizadas após a percepção de que ela estava terminando o raciocínio e finalizando a resposta.

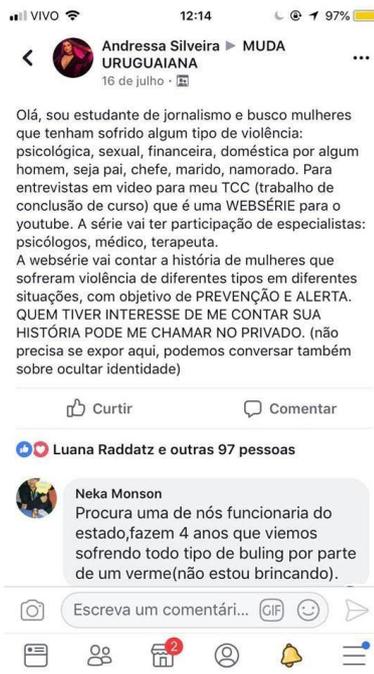
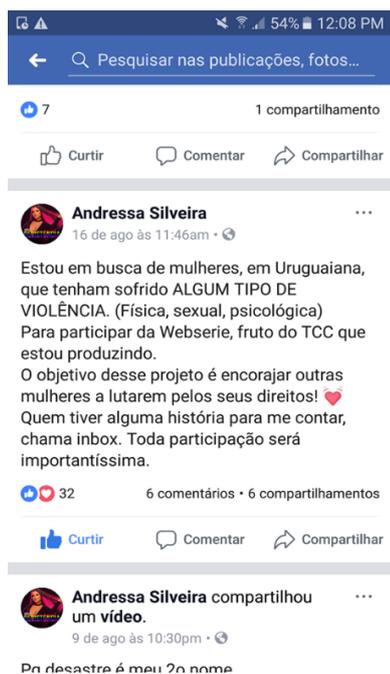
4.3 Busca por entrevistadas

A busca por vítimas de violência que topassem participar do projeto aconteceu através de uma publicação em um grupo da cidade no *Facebook*, explicando como seria o trabalho e especificando que procurava mulheres que haviam sofrido algum tipo de violência: física, psicológica ou sexual. A escolha por essa rede social se deu pela disseminação rápida de conteúdo que as redes promovem, se diferenciando do modo tradicional, como descreve Machado (2003):

O jornalismo nas redes promove uma inversão no processo tradicional de produção de notícias porque o repórter antes de sair em perseguição de uma personalidade qualquer para recolher uma declaração sobre um determinado fato deve empreender um levantamento dos dados necessários para elaborar a notícia ou reportagem. (MACHADO, 2003, p. 8)

Com esse processo de postagem foi possível obter dados antes mesmo da participação oficial das vítimas nos vídeos, através de informações repassadas por elas (possíveis personagens) ou por comentários nas publicações da autora ou mensagens. Dessa forma, contribuindo para a produção dos episódios.

Figura 1 - Capturas de tela de recrutamento de mulheres vítimas de violência para a realização da *websérie*.



Fonte - Facebook; A autora.

A partir da postagem, várias mulheres entraram em contato por mensagem e contaram brevemente suas histórias, demonstrando interesse em participar. A repercussão no grupo foi relativamente grande, gerou alguns comentários e opiniões. Como já tinha pré-estabelecido um número máximo de vítimas por episódio (três), para não ficarem episódios longos, já que teria mais no mínimo duas fontes especializadas por episódio, a preocupação maior era em não deixar ninguém de fora, para não parecer desvalorização da sua história.

Após surgir essa preocupação foi pensado em ter um episódio extra (no caso, quatro no total). As entrevistas foram pré-agendadas, quase um mês antes da realização, quando se aproximou a data começaram as desistências. As primeiras desistências foram com antecedência, porém houve casos da entrevistada marcar, confirmar e na hora da entrevista não ir e não responder mais.

Foi compreensível pelo fato de ser um tema complexo de expor, além de trazer a tona vivências tristes. Porém, a partir disso a realização do projeto ficou cada vez mais complicada e desafiante, o desafio era encontrar quem quisesse falar, as postagens em busca dessas mulheres eram quase que diárias, e em todas as redes sociais. Sempre apareciam interessadas, mas a história era mesma, desistiam.

Até que resolvi reduzir o número de participantes, mas para quem quisesse mostrar o rosto. Essa escolha acabou limitando o número de possíveis entrevistas, já que a fonte possui

o direito de querer manter a sua identidade em sigilo, principalmente quando quer denunciar ou esclarecer um fato (SILVA, 1998), o autor também cita a origem do direito a privacidade:

Os direitos que hoje estão expostos, os quais fundamentam todas as outras normas, tiveram origem na luta dos homens para terem seus direitos de cunho personalíssimo tutelados pelo Estado. Em 1968, em uma Conferência dos Juristas Nórdicos, tivemos as primeiras proteções ao right of privacy. Ele foi conceituado como o direito do indivíduo de ter a sua privacidade protegida contra: a) interferência em sua vida privada, familiar e doméstica; b) ingerência em sua integridade física ou mental ou em sua liberdade moral e intelectual; c) ataque à sua honra e reputação; d) colocação em perspectiva falsa; e) a comunicação de fatos irrelevantes e embaraçosos relativos à intimidade; f) o uso de seu nome, identidade ou retrato; g) espionagem e espreita; h) intervenção na correspondência; i) má utilização de suas informações escritas ou orais; j) transmissão de dados recebidos em razão de segredo profissional (SILVA, 1998, p. 35)

Em resumo o conceito do direito a privacidade protege o cidadão de tudo que envolve a sua vida íntima e está prescrito no Art. 5 da Constituição Federal de 1988. Por isso, optou-se por reduzir o número de entrevistadas, adotando como critério a concordância em participar de gravações que seriam posteriormente circuladas na internet.

A última gravação ocorreu uma semana antes do prazo máximo para encerrar o projeto, pois o tempo e o dinheiro estavam acabando. Isso justifica a última entrevistada do último episódio estar em um local aberto, já não havia a sala locada, já a tinha mantido por dois meses, não teria mais como.

A procura por fontes especializadas seguiu a mesma linha, a intenção era ter uma psicóloga, uma assistente social e a delegada responsável pela Delegacia da Mulher de Uruguaiana. Foi realizado um post que explicava o projeto e a necessidade de uma psicóloga e uma assistente social. Várias pessoas comentaram indicando nomes, porém quando eu chamava os nomes indicados, ou não era respondida ou as profissionais diziam que não gostariam de participar.

Em questão de profissionais da psicologia foram mais de 20 nomes e mais de 20 negativas, a última possibilidade que tínhamos foi a que aceitou participar e deu todo suporte necessário. A delegada foi a mais solícita, topou desde o primeiro momento, apesar da demora para a entrevista ocorrer por incompatibilidade de agendas. E por fim a última fonte acabou sendo uma conselheira tutelar, devido os casos de violência sexual vivido pelas vítimas da *websérie*, terem ocorrido na infância. Surgiu a necessidade de trazer informações relacionadas a crianças que sofrem abuso.

4.4 Fontes

As fontes na produção da *Websérie* foram principalmente as vítimas, que seriam as fontes primárias. Que são aquelas que concedem a essência da informação, justamente por vivenciarem ou estarem perto do fato (SCHMITZ, 2011), foram elas que trouxeram o conteúdo principal do projeto, o relato de suas vivências com seus agressores.

Já as fontes especializadas foram importantes para trazerem informações e análises a respeito de casos de violência para que fosse possível dar um suporte tanto para as vítimas quanto para quem fosse assistir.

Schmitz (2011) esclarece o conceito de fonte especializada:

Trata-se de pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Normalmente está relacionada a uma profissão, especialidade ou área de atuação. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos (SCHMITZ, 2011, p. 24).

Um exemplo desse tipo de fonte que foi utilizada no produto, foi a de uma psicóloga que trouxe alguns padrões de ações de agressores e vítimas, quais as prováveis consequências destas relações e como é possível superar. Já que grande parte dessas mulheres desenvolvem problemas psicológicos no decorrer da vida. O profissional dessa área é essencial em casos assim, pois é ele quem pode ajudar a vítima a voltar a ter uma vida normal e recuperar a autoestima que muitas vezes é perdida.

Monteiro reafirma o importante papel desse profissional:

No acompanhamento psicológico com a mulher, vítima de violência doméstica, o psicólogo deve ajudá-la a transformar sua autoimagem e a resgatar sua autoestima, que durante a relação violenta pode ter sido minada com sentimentos de menos valia, impotência, incapacidade, culpa e insegurança (MONTEIRO, 2012, p. 26).

A primeira fonte especializada pensada para participar do trabalho foi a figura da psicóloga justamente por saber que é um profissional que transmite confiança, e que poderia gerar incentivo a mulheres a denunciarem situações de violência.

E por fim as duas últimas fontes especializadas foram a delegada da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) e uma conselheira tutelar. A delegada trouxe informações de caráter legal, procedimentos e incentivo a denúncia. Já a conselheira tutelar foi uma fonte escolhida de última hora, já que o episódio de violência sexual tomou um rumo diferente, ambas as personagens retrataram abusos que sofreram na infância, era

necessário trazer informações de como proceder nesses casos, portanto foi escolhida uma profissional do conselho para promover a denúncia de casos de violência sexual na infância.

5. Análise da websérie A Culpa Não É Dela

Nesse tópico contextualizaremos o conceito da Websérie “A culpa NÃO é dela” e apresentaremos os resultados alcançados a partir da realização do projeto e da finalização dos episódios.

5.1 Conceito e vinheta

A *websérie* A culpa NÃO é dela é uma obra audiovisual roteirizada e dirigida por mim, Andressa Silveira, que tem previsão do lançamento do seu primeiro episódio para seis de novembro, somente nas plataformas digitais *YouTube* e *Facebook*. Partindo da proposta de uma estrutura e narrativa de séries televisivas (como a utilização de episódios), a *websérie* é pensada para o formato online, portanto curtos episódios e um roteiro dinâmico. O gênero da *websérie* é jornalístico e apresenta relatos reais de seis vítimas de violência contra a mulher. Dessa forma, o objetivo foi produzir episódios que fossem exclusivamente para web e o roteiro foi trabalhado para ter em média seis minutos de duração, tomando como referência o tempo de um videoclipe.

Foram utilizados prioritariamente planos fechados, pois os principais dispositivos de visualização são telas pequenas (smartphone), e pensado para canais de divulgação digitais, como os sites de compartilhamento *YouTube* e *Facebook*. Para isso, pensando a *websérie* em um contexto de convergência, em que é baseada na relação entre os diferentes tipos de mídias – analógicas, digitais, corporativas e independentes – e na modificação das relações entre produtores e consumidores dessas mídias.

A culpa NÃO é dela foca em contar em três diferentes episódios, três tipos de violência que essas mulheres sofreram, a fim de elucidar sobre como elas, quando percebidas pelo seu local de fala, são culpabilizadas. A construção das perguntas também incide sobre essa elucidação. Por fim, a principal questão posta é mostrar como o machismo pode enviesar discursos e descaracterizar fatos contra as mulheres, especialmente se tratando desses tipos de violência. As vítimas são as protagonistas da entrevista, sob a mediação de uma profissional da psicologia.

Foi criada uma vinheta e logomarca da série pelo Design Ricardo Bica, formado pela Ulbra – Canoas. O processo de criação durou pelo menos um mês pois tínhamos várias ideias, porém eu gostaria que fosse algo simples e marcante. A logomarca teve várias versões até a chegar à versão final que foi a junção de alguns itens das primeiras logos apresentadas.

Figura 2 - Primeiras versões até chegar a final:



Figura 3 - Versão final:



A vinheta inicial partiu-se da aplicação da logomarca estática: uma mão em vermelho representando um BASTA na violência — a cor representando a guerra (que as mulheres enfrentam) e ao mesmo tempo a força que elas possuem em enfrentar essas relações. Também representa o sangue de muitas mulheres que já foram vítimas do femínicidio e, vozes ao fundo, que representam discussões rotineiras que frequentemente acontecem, tendo o homem culpando a mulher, seja pela roupa, pelo comportamento ou outras formas de expressão que são cerceadas.

Foi observado que as gravações funcionaram como importantes meios de registro e como um local seguro para que essas mulheres expusessem as situações de agressão.

Como produto, temos aqui a sinopse dos episódios:

5.2 Episódio um – Violência física

O primeiro episódio de *A culpa NÃO é dela* trata sobre o assunto da violência física contra a mulher. Duas mulheres de idades distintas contam como foram suas relações com o seus agressores que culminaram em lesão corporal no município de Uruguaiana - RS. Uma com preservação de identidade e outra não. O episódio traz a perspectiva das vítimas, buscando compreender como foram os processos de “culpabilização” por elas sofridos. Houve a participação da delegada da DEAM de Uruguaiana e de uma psicóloga dando suporte às mulheres, além de dados gerais da violência no Brasil e no Rio Grande do Sul.

De maneira geral, antes do lançamento dos episódios, o que se obteve de resultados foram esta estruturação de base jornalística da *websérie*, bem como a demonstração de interesse das mulheres em debater mais sobre o assunto, em querer alertar outras mulheres que passam pela violência e não terem mais vergonha de expor suas vidas. Ficou observada a flexibilidade do formato *websérie* para este modelo de narrativa, que facilitou tanto na produção quanto na captação das imagens junto às vítimas.

A *websérie*, nesse sentido, transformou-se em um canal de divulgação e também de desabafo dessas mulheres, que conseguiram se enxergar como sujeitos de fala e voz. Mesmo não havendo a divulgação da identidade de algumas das vítimas, elas sentiram-se representadas e ocorreu um processo de jornalismo mais inclusivo.

Além de versar com um formato que impele ao consumo online, explorou também a chance dessas narrativas serem totalmente digitais. O custo de roteirização, direção e produção se mostrou muito mais viável (sendo bem mais caro viabilizar um episódio longo) e produzido de forma independente, ainda que com a contratação de uma produtora, teve a sua direção e roteirização flexibilizadas pela autora desse projeto, propiciando um ambiente de colaboração.

O primeiro episódio foi postado no dia quatro de novembro no *YouTube* e divulgado no *Instagram* da autora. Nas primeiras três horas o vídeo obteve em média 60 visualizações. No dia seguinte, cinco de novembro sem pretensão foi postado diretamente no *Facebook*, o vídeo inteiro. Em poucos minutos já havia alguns compartilhamentos e muitas visualizações, que foi aumentando no decorrer do tempo.

Figura 5 – Capturas de tela das postagens do primeiro episódio.



Fonte: a autora.

Após dez dias do primeiro episódio no ar foi perceptível o quanto o *Facebook* dissemina o conteúdo muito rapidamente, até o presente momento na plataforma citada, a produção teve mais de 25 mil visualizações e 756 compartilhamentos. Além de inúmeros comentários positivos a respeito da iniciativa e da coragem das entrevistadas.

Um fato inesperado foi que, após a repercussão do vídeo em Uruguaiana, a entrevistada que se identifica durante a entrevista, entrou em contato com a autora pedindo para que o episódio fosse retirado do ar, porém como havia comprovação de autorização do uso do depoimento, decidimos manter a entrevista. O episódio com essa fonte nos leva a refletir sobre como uma produção audiovisual pode causar impacto na vida de um participante de um projeto como este, devido a comoção e os possíveis questionamentos de quem assiste.

5.3 Episódio dois – Violência sexual

O segundo episódio de *A culpa NÃO é dela* trata sobre a violência sexual. Duas mulheres levam o episódio para um rumo diferente, relatam abusos que sofreram na infância de pessoas da família. Uma com preservação de identidade e outra não. O episódio traz o desabafo dessas vítimas de como é difícil ter que conviver com esse trauma. Houve a participação de uma conselheira tutelar e de uma psicóloga.

Figura 6 – Capturas de tela das postagens segundo episódio.



Fonte: a autora

E episódio dois foi lançado no dia 16 de Novembro no *Youtube* e no *Facebook*, até o presente momento não teve a mesma repercussão do primeiro, mas também foi bastante discutido e comentado.

As conversas com as entrevistadas desse episódio foram bastante complexas e emocionantes para a autora, por conta de detalhes revelados no decorrer da entrevista.

5.4 Episódio três – Violência psicológica

O terceiro episódio da websérie aborda a violência psicológica, que se mostra principalmente nos relacionamentos abusivos. Duas mulheres jovens relatam suas relações e destacam o quanto a culpabilização é uma das maiores características de uma relação abusiva.

Figura 7 – Captura de tela da postagem do terceiro episódio



Fonte: a autora

O terceiro episódio não foi lançado oficialmente, mas foi postado no *Youtube* no dia 25 de Novembro. O lançamento no *Facebook* será no dia 26 de Novembro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *webséries* surgiram como um formato novo de obra audiovisual que dialoga com o cinema e a televisão, mas possui uma estrutura própria e é totalmente online. Está muito ligado aos processos de convergência jornalística e apresenta-se como um formato de boa aplicação, principalmente na etapa de produção do conteúdo. A facilidade de produção proporcionada pelo vídeo digital oferece formas de explorar a criatividade e também trazer renovação aos conteúdos. Foi escolhido um tema de bastante relevância social e que é bastante complicado de tratar, tendo em vista que lida com pessoas que foram vítimas de violência. Entretanto, mostrou-se eficiente para o tratamento do tema.

A violência contra a mulher é um problema devastador que traz marcas tanto físicas quanto psíquicas às mulheres e, muitas vezes, é deixada de lado por uma falsa ideia de “saturação do tema” ou da própria cultura machista do jornalismo que vê com tanto descaso dados tão expressivos e alarmantes quanto esses. A proposta da *websérie* vai de encontro a uma crítica a esta indústria que nega e silencia a vida de mulheres. Ativamente trabalhamos para tratar deste tema com o máximo de responsabilidade, bem como o de ocupar nossos espaços de fala, seja como profissionais que dão voz às vítimas, sem enviesamento nem tendenciar os fatos. O objetivo da *websérie* foi este, de conseguir passar a visão das vítimas utilizando de uma técnica atual do jornalismo a fim de conscientizar ainda mais mulheres sobre o problema da violência no Brasil.

O projeto também tinha como objetivo estudar a natureza desse formato, relacionar com o jornalismo audiovisual e refletir a respeito da violência de gênero. Os objetivos foram alcançados e os resultados finais foram satisfatórios, levando em conta todos os problemas que foram superados no decorrer dos meses de produção, envolvendo as desistências das participantes e a conciliação de horários com a produtora.

Realizar esse trabalho ajudou a compreender ainda mais as diversas formas em que a violência se mostra no contexto em que nós mulheres vivemos e a importância de não se calar e enfrentar o cenário para de alguma forma tentar fazer a diferença.

E como jornalista esse trabalho me fez compreender que nem sempre estamos preparados como profissionais para realizar trabalhos com questões tão delicadas, lidar com histórias tristes, com a vida das pessoas nem sempre é fácil, nem sempre há um preparo e uma receita de como se deve lidar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciana Corrêa de. **Os seriados norte-americanos e o cinema brasileiro dos anos 1920**. Contracampo: Revista do programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF, Niterói: v.24, n.1, p.159-177, jul/2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/202/108>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

BARBOSA, Fernando da Silva. **A produção independente de webséries pela perspectiva multiplataforma da televisão digital e internet**. Bauru, 2013. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89550/barbosa_fs_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y%20> Acesso em: 15 jun. 2018.

BLANK, Paulo et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003> Acesso em: 18 jun. 2018.

BLOG CONVERGÊNCIA em cena. **Convergência no Jornalismo**. Disponível em: <<http://aconvergenciaemcena.blogspot.com/2015/12/convergencia.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CASIQUE, Letícia; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. **Violência contra mulheres: Reflexões teóricas**. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.redalyc.org/html/2814/281421865018/> Acesso em: 6 mai. 2018.

CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, R. (org.) **Práticas de Leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

DE LIMA, **Patrícia Cristina. Porta dos Fundos: humor e política nas webséries brasileiras**. [Dissertação] Universidade Paulista, 2017. Acesso em: 05 jun. 2018.

DIAS, Mariangela. LOHR, Suzane. **Controle coercitivo na sala de aula: a percepção dos alunos**. Educere et Educare. Revista de Educação. Vol. 12 Número 25 Jul./Dez. 2017
FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. **Violência Doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. Salvador, 2006. Disponível em <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GOMES, Luiz Flávio. **Violência "machista" da mulher e Lei Maria da Penha: mulher bate em homem e em outra mulher**. Disponível em <<http://www.lfg.com.br>> Acesso em: 20 jun. 2018.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00256.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2018

HERGESEL, João Paulo de Lopes Meira. **A websérie como cápsula estilística: os recursos expressivos comprimidos em uma webnarrativa juvenil de ficção científica**. São Paulo,

2013. Disponível em <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Jo%C3%A3o-Paulo-Lopes-de-Meira-Hergesel.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2018.

HERGESEL, João Paulo de Lopes Meira. **A websérie como narrativa hipermidiática e os estilos envolvidos em sua produção: o estado da questão.** Intercom, Bauru, 2013.

Disponível em

<https://www.academia.edu/4512199/A_webs%C3%A9rie_como_narrativa_hipermidi%C3%A1tica_e_os_estilos_envolvidos_em_sua_produ%C3%A7%C3%A3o_-_o_estado_da_quest%C3%A3o> Acesso em: 18 mai. 2018

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** Editora Aleph, 2008.

LADEIA, Priscilla Soares dos Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski; DE MELO, Elza Machado. **O silêncio da violência institucional no Brasil.** Belo Horizonte, Minas Gerais. 2016. Disponível em <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2186> Acesso em: 20 jun. 2018.

LINHARES, Walléria Barros Marques. **O sigilo da fonte de informação: um direito fundamental à prática do jornalismo.** Fortaleza, 2010. 148 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp133093.pdf?fbclid=IwAR3qYW_7_Ql_ORaq-2qoPI5T-MYBt_swqzHONM69mU6SG2pLEsIB2fdkNh0U Acesso em 20 nov. 2018.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas.** São Paulo: Calandra, 2003

MACHADO, Rosana Pinheiro. **Cartilha da violência contra a mulher.** 2016. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cartilha-da-violencia-contra-a-mulher>> Acesso em: 13 mai. 2018.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada.** In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.). Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003b. Acesso em: 25 nov. 2018.

MASSAROLO, João Carlos; ALVARENGA, Marcus Vinícius Tavares. **Franquia Transmídia: O Futuro da Economia Audiovisual nas Mídias Sociais.** Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33, 2010, Caxias do Sul. Anais. Caxias do Sul: UCS, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/3236440/Franquia_transmidia_o_futuro_da_economia_audiovisual_nas_midias_sociais> Acesso em: 01 out. 2018.

MATTES, Etiele Guareschi; ROCHA, Nathália Facco. **Adolescentes e os relacionamentos abusivos: a tendência a se concretizar em casos de violência doméstica contra a mulher.** Santa Catarina, 2016. Disponível em <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/15866/3763>> Acesso em: 22 abr. 2018.

MONTEIRO, Fernanda. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica.** [Monografia] Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2012. Disponível em:

<<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2018.

MORANTE, Fernando Morales; HERNANDEZ, Paula. **La webserie: convergencias y divergencias de un formato emergente de la narrativa en Red**. In: Revista Comunicación, vol.1, n. 10, 2012, p.140-149. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3953638>> Acesso em: 07 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Combater a violência baseada em gênero: uma chave para alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio**. USA: Fundo da População das nações unidas(UNFPA), 2005. Acesso em: 05 jun. 2018

PRADO, ANA. **Por que tantas mulheres continuam em relacionamentos abusivos**. 2018. Disponível em <<https://super.abril.com.br/blog/como-pessoas-funcionam/por-que-tantas-mulheres-continuam-em-relacionamentos-abusivos/>> Acesso em: 9 mai. 2018.

PUTHIN, Sarah Reis; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Violência de gênero e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 15, 2009, Maceió. Anais... Maceió: ABRAPSO, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=3taxYgJ4O0IC&pg=PA164&lpg=PA164&dq=sarah+reis+puthin+genero&source=bl&ots=Z7J9D6X1qS&sig=yU0wBXpHabSTVckWCnsMzn4NSCM&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwil3IjfsubbAhVDH5AKHR38CJoQ6AEINDAC#v=onepage&q=sarah%20reis%20puthin%20genero&f=false>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

REZENDE, Bruno. **Análise de personagem em série televisiva: O estudo em Modern Family**. Coimbra, 2015. Disponível em <https://www.academia.edu/11152481/AN%C3%81LISE_DE_PERSONAGEM_EM_S%C3%89RIE_TELEVISIVA> Acesso em: 15 mai. 2018.

ROMERO, Nuria Lloret; CENTELLAS, Fernando Canet. **New stages, new narrative forms: The Web 2.0 and audiovisual language**. Scientific Area of Library and Information Sciences, Department of Journalism and Audiovisual Communication, University Pompeu y Fabra, Barcelona, Espanha, 2002. Acesso em: 25 mai. 2018

SANTOS, Bárbara Ferreira. **Os números da violência contra mulheres no Brasil**. 2017. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>> Acesso em: 18 jun 2018.

SOUZA, José Jullian Gomes. CAJAZEIRA, Paulo Eduardo. **Mas afinal, o que é uma websérie documental?** XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro - RJ, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1215-1.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2018

SOUZA, José Jullian Gomes de; CAZAJEIRA, Paulo Eduardo. **Mas afinal, o que é uma websérie documental?**, Fortaleza, Ceará, 2015. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1215-1.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

SOUZA, Patrícia Alves de; DA ROS, Marco Aurélio. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/17670/16234>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de Notícias – ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SITE QUE CONCEITO. **Violência**. São Paulo. Disponível em: <<http://queconceito.com.br/violencia>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SITE PROMARK. **Anunciantes apostam em webséries**. Disponível em: <http://propmark.com.br/anunciantes/anunciantes-apostam-em-webseries?fbclid=IwAR1860_GyVzqAkRgFwbuvBDaxMYzZKJ-EocMD0_iMkMjZXRyYCg42oHh5n5M> Acesso em:

ZANETTI, Daniela; DA SILVA, Lucas Octávio; GALANTE, Melina. **As webséries e o campo do audiovisual**. Peru, 2014. Disponível em <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/12/GI3-Zanetti-C+%C3%B3ndido-Leal.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2018.